

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO PRISIONAL: LIMITES E POSSIBILIDADES NO
MACIÇO DE BATURITÉ/CE**

YOUTH AND ADULT EDUCATION IN THE PRISON CONTEXT: LIMITS AND POSSIBILITIES IN
MACIÇO DE BATURITÉ/CE

Dr. Elcimar Simão Martins

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Me. Ana Lúcia Nobre da Silveira

Secretaria de Educação Básica de Aracoiaba (SEDUCB)

Dra. Elisangela André da Silva Costa

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

RESUMO

A educação escolar no contexto prisional apresenta-se como resultado de lutas e efetivação de políticas públicas e possui o propósito de reeducar e reintegrar o privado de liberdade para o convívio em sociedade. Nesse contexto, a presente pesquisa teve como objetivo investigar as contribuições da educação para as pessoas privadas de liberdade no Maciço de Baturité-CE. Esta investigação está fundamentada em uma abordagem qualitativa, por meio de um estudo de casos múltiplos em virtude da educação em prisões ser um fenômeno denso, complexo e contemporâneo, desenvolvido em um contexto da vida real. Além da revisão bibliográfica, como forma de aproximação com a realidade, foram realizadas entrevistas com uma representação dos sujeitos participantes do processo educacional carcerário, diretor administrativo da unidade prisional, educandos privados de liberdade e professoras responsáveis pela educação em prisão nas unidades prisional nos municípios de Pacoti, Aracoiaba e Ocara, pertencentes à região do Maciço de Baturité-CE. Os resultados apontam para a efetividade do processo de ensino aprendizagem, por meio das práticas pedagógicas da educação de jovens e adultos, além das participações e obtenção e êxito nas avaliações externas, com certificação do nível médio e inserção ao nível superior, constatando a superação da ociosidade e compreendendo que tais ações influenciam no processo de ressocialização dos privados de liberdade.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Ressocialização. Sistema Prisional.

ABSTRACT

School education in the prison context is a result of struggles and acting of public policies and it has the purpose of reeducating and reintegrating the imprisoned person to live in society. In this context, this research aimed at investigating the contributions of education to inmates in the region of Maciço de Baturité-CE. This research is based on a qualitative approach, through a multiple case studies since education in prison is a dense, complex and contemporary phenomenon, developed in a real context. Besides the bibliographic review, as a way to come close to reality, interviews were carried out with the representatives who participate in the education process in prison: the administrative director of the prison unit, the inmates and teachers responsible to education in prison units in the towns of Pacoti, Aracoiaba and Ocara, part of the region of Maciço de Baturité-CE. The results indicate effectiveness of the teaching and learning process, through youth and adult education's pedagogical practices, besides the participations, achievement and success in external evaluations, providing middle school certification and insertion in higher education, observing overcoming of idleness and understanding that such actions influence in the resocialization process of prisoners.

Keywords: Youth and Adult Education. Resocialization. Prison System.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda a educação escolar no contexto prisional nos municípios de Pacoti, Aracoiaba e Ocara, pertencentes à região do Maciço de Baturité-CE. No cotidiano dessas instituições, as pessoas privadas de liberdade (PPL) ficam com muito tempo ocioso, necessitando de atividades laborais e educativas para que possam efetivar o processo de humanização da vida nos cárceres e com isso voltem a integrar a sociedade. Por outro lado, o contexto prisional e suas deficiências estruturais, de recursos humanos, de profissionais qualificados e de definição das políticas públicas dificulta uma reconfiguração das possibilidades na oferta de atividades específicas nas unidades prisionais.

O papel da escola no sistema carcerário merece destaque, pois se torna para os educandos uma ponte de acesso ao conhecimento, por meio do contato com os livros e revistas; da ociosidade ceifada pela dinâmica das aulas, comparando-se e tornando-se como uma extensão da vivência do externo no mundo privado; da formação crítica; do cumprimento de direitos e deveres, revelando uma possível mudança de vida e nova posição na sociedade.

Na busca de compreender tal realidade, o desenvolvimento desse estudo apresenta como objetivo compreender os limites e as possibilidades do processo de ensino e aprendizagem para Pessoas Privadas de Liberdade no Maciço de Baturité/CE.

A investigação possui uma abordagem qualitativa, utilizando-se do estudo de casos múltiplos em virtude da educação em prisões ser um fenômeno denso, complexo e contemporâneo, desenvolvido em um contexto da vida real.

De acordo com Yin (2014, p. 18), "o estudo de caso é uma estratégia adequada ao se examinar acontecimentos contemporâneos", levando em conta as técnicas da observação direta e as entrevistas. Com isso, é ainda mais convincente e diferencia-se pela capacidade de atender a um leque de evidências, contemplado em materiais documentais e respaldado através de observações e entrevistas.

Para a realização da pesquisa, contamos com a participação de nove sujeitos entrevistados: três educandos privados de liberdade, três professoras responsáveis pela educação prisional, três diretores administrativos das unidades prisionais, contemplando o contexto das cadeias públicas dos municípios de Capistrano, Ocara e Pacoti, que perpassam toda a extensão territorial do Maciço de Baturité. Nesse contexto, todos os sujeitos foram incentivados a evidenciar suas vivências com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto prisional, revelando as possibilidades e os limites enfrentados.

Para Britto Júnior e Feres Júnior (2012, p. 241), "A entrevista pode desempenhar um papel vital para um trabalho científico se combinada com outros métodos de coleta de dados, intuições e percepções provindas dela, podem melhorar a qualidade de um levantamento e de sua interpretação".

Buscando entrar em contato com o que já se produziu e se registrou a respeito da temática abordada, utilizamos a pesquisa bibliográfica "[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos" (GIL, 2002, p. 44). Foi realizado também um levantamento e análise documental, tendo em vista a existência da política de educação prisional no Brasil e o Projeto Político Pedagógico (PPP) do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) Donaninha Arruda, situado no município de Baturité. Analisamos, ainda, planos de curso e planos de aula que se constituem como importantes referências para compreender as intencionalidades, concepções e práticas educacionais.

Além da Introdução e das Considerações Finais o texto está dividido em duas seções, quais sejam: A EJA na região do Maciço de Baturité; A vivência da EJA Prisional no Maciço de Baturité.

2 A EJA NA REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ

O Maciço de Baturité é composto por treze municípios, que atualmente são organizados em três subdivisões territoriais: os municípios que ficam em cima da Serra formam o microterritório I - Palmácia, Pacoti, Aratuba, Guaramiranga, Mulungu; o microterritório II compreende os municípios que ficam no pé da serra, corredor ferroviário e rodoviário - Baturité, Itapiúna, Capistrano, Aracoiaba, Redenção e Acarape; representam o microterritório III, com transição entre Sertão e Litoral - Ocara e Barreira. Portanto, sua amplitude territorial contempla 241.293 habitantes, além de proporcionar um leque de características específicas de cada município, desde o desenvolvimento econômico, cultural e social, diferenciando-se no fator climático, área territorial, fator numérico populacional, apresentando uma discrepância comparativa entre os municípios em si.

A construção do saber caminha ao lado da história da evolução da humanidade e o homem por diferenciar-se dos outros animais pela sua capacidade de pensar, demonstra suas habilidades de adaptar-se, de conviver com outros da mesma espécie e, principalmente, de aprender com suas experiências individuais, por meio do compartilhamento e da troca de conhecimentos com demais membros no próprio local de interação do indivíduo.

Diante dos diversos tipos de aprendizagens, a educação pode promover o ser humano em sua plenitude enquanto ser social, através da integração de suas habilidades física e intelectual. Assim, a educação faz toda a diferença na vida de cada cidadão, conduzindo-o a diversas oportunidades e ascensão, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade.

O direito ao acesso à educação representa o princípio da formação da população e, conseqüentemente, reflete no desenvolvimento e progresso de toda uma nação. Portanto, a história da educação no Brasil constituiu-se em diversos aspectos relevantes ao longo de sua trajetória, apresentando-se como um complexo desafio para que se torne de fato direito de todos.

A política educacional ocorre através das atribuições e das tomadas de decisões dos representantes da esfera pública, a partir de uma leitura do contexto real seguido por um desejo de contribuição e avanço nos limites, buscando a superação das dificuldades numa projeção de conquistas.

De acordo com Costa (2014, p. 8), a EJA apresenta-se, “[...] como uma modalidade de ensino que vem, através de luta e de articulação empreendida pelos movimentos sociais, conquistando espaço no contexto nacional”. A autora destaca ainda a importância de inclusão da referida modalidade no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB no ano de 2007. Anteriormente a esse período, o financiamento se dava de modo pontual e descontínuo, o que fragilizava a continuidade dos estudos pelos egressos dos programas de alfabetização.

A EJA, portanto, apresenta-se como possibilidade para aqueles que, por algum motivo, foram levados a se distanciar do mundo escolar ou que simplesmente devido ao seu contexto de vida não tiveram acesso à escola durante a infância e a adolescência.

O sistema educacional assegura aos jovens e adultos, gratuitamente, oportunidades educacionais apropriadas, considerando suas peculiaridades, seus interesses e de acordo com sua condição de vida e de trabalho, dando oportunidade aos jovens e adultos pouco ou não escolarizados de seguir no mundo das letras ou dar continuidade aos estudos. É necessário, contudo, enfatizar que o direito à educação não se resume à matrícula; é preciso manter a permanência, garantindo a frequência às aulas e a efetiva aprendizagem. Assim,

A educação, instituída como um direito de todos apresenta-se como um subsídio capaz de elevar toda uma sociedade, através do seu desenvolvimento e da concretização de acesso, permanência e garantias, que se apresentam de forma integrada nas chamadas políticas públicas (SILVEIRA; MARTINS; MACHADO, 2016, p. 45).

A EJA já desbravou em seu caminho educacional diversos obstáculos, proporcionando oportunidades únicas a um público específico. Com isso, muitos jovens e adultos voltaram a estudar, porém ainda é preciso um direcionamento de políticas públicas que promovam a conscientização da importância da educação para a formação da cidadania.

Nessa perspectiva, em Baturité encontra-se o Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) Donaninha Arruda, uma instituição planejada para a escolarização de Jovens e Adultos. O CEJA cumpre o papel de uma escola inclusiva, por meio de alternativas de aprendizagem específicas para um público eclético, desde a dimensão da faixa etária e da própria condição de vida; fatores que podem dificultar o acesso e a permanência na escola com horários rígidos, com frequência diária obrigatória e outras formalidades definidas pelas escolas convencionais.

O CEJA Donaninha Arruda/Baturité é vinculado à 8ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação – CREDE 8 e funciona ininterruptamente nos três turnos, com extensão educacional que atende educandos residentes em todos os municípios que compõem o Maciço de Baturité, que nunca tiveram acesso à educação escolar, ou que por circunstâncias da vida, desistiram durante a caminhada escolar. Seja por difícil acesso, falta de interesse ou pela necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família, mas que por algum motivo decidem voltar e avançar nos estudos, objetivando recuperar o tempo perdido em função de um propósito maior. Nesse sentido, além da existência da oferta da EJA presencial em algumas escolas regulares, o CEJA de Baturité oferta a EJA na modalidade semipresencial nas etapas de ensino fundamental e médio; e presencial na etapa do ensino fundamental, voltada às pessoas privadas de liberdade.

A busca pela superação das deficiências de aprendizagem só é possível quando passa a existir uma vontade de transformar essas dificuldades em novas experiências de vida, recriando e transformando a si mesmo e ao meio em que vive.

3 A VIVÊNCIA DA EJA PRISIONAL NO MACIÇO DE BATURITÉ

A proposta pedagógica definida no Projeto Político-Pedagógico (PPP) vivenciada no CEJA de Baturité agrega valores e define-se por meio de uma prática social de inclusão, no intuito da melhoria de vida dos educandos e busca trabalhar o cognitivo além de despertá-los sobre a importância de suas escolhas para sua vida e para o convívio social. O CEJA possui como missão

Acreditar e facilitar o processo da construção do alicerce, do desenvolvimento humano de jovens e adultos, com justiça e participação coletiva. Oferecendo um ensino de qualidade, que tenha como foco a aprendizagem do educando, tornando-se um centro de referência de educação de jovens e adultos no Maciço de Baturité, voltado para a formação de cidadãos conscientes, participativos, reflexivos/críticos, capazes de atuar com competência no mercado de trabalho (CEJA, 2017).

As ações educativas, além de promover os conteúdos pragmáticos, também buscam exercer ação construtiva na vida do privado de liberdade, propiciando condições para que ele compreenda-se como indivíduo social, capaz de transformar e construir seu projeto de vida. Portanto, as práticas pedagógicas promovidas nos encontros pedagógicos seguem o guia dos Livros Didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) EJA, definido pelo Ministério da Educação, de acordo com a etapa de ensino, sendo para os anos iniciais do Ensino Fundamental o livro EJA Moderna: Educação de Jovens e Adultos e a coleção Tempo de Aprender para os anos finais do Ensino Fundamental.

A prática educacional prisional no maciço de Baturité também se edifica através da elaboração e desenvolvimento de projetos pedagógicos, conforme síntese no quadro abaixo.

Quadro 1 – Projetos pedagógicos na educação prisional no Maciço de Baturité

Projetos	Metodologias
Projeto de vida	Utiliza atividades que possuem guia de reflexões sobre o momento vivido e incentiva traçar metas pessoais de acordo com a realidade de cada um.
Projeto Balaio de Leitura	Promove a prática da leitura individual e coletiva de textos e livros através de ações semanais que incentivam também a produção textual.
Projeto por uma escola de Paz	Busca a reflexão e o desenvolvimento da cidadania por meio de valores éticos e morais trabalhados mensalmente.
Projeto Datas comemorativas	São promovidas atividades com ênfase nas datas comemorativas, elaboradas e custeadas pelas professoras em prol dos educandos PPLs, tais como dia das Mães, dia dos Pais, mês junino, dia das crianças, podendo com a permissão da administração prisional haver a participação de familiares.
Projeto Chá literário	Realizado há sete anos, o projeto aborda escritores bimestralmente através da biografia, do estudo e da construção de gêneros textuais, tendo como produto final a construção de álbum com as melhores produções textuais das unidades prisionais.
Projetos cinco minutos de valores	Momentos de acolhidas da turma através de reflexões diárias realizadas no início das aulas com abordagem de valores humanos.

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

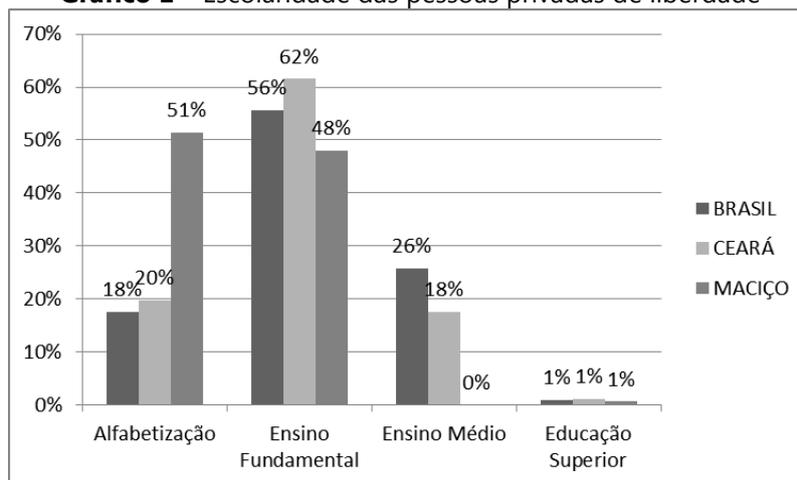
A educação prisional além de desenvolver habilidades e competências trabalha princípios de cidadania com projetos pedagógicos desenvolvidos nas áreas de conhecimentos, que são criados e adaptados pelos próprios docentes do sistema prisional, sob a orientação e acompanhamento pedagógico do CEJA.

A Lei Nº 12.433/2011 (BRASIL, 2011) que modifica a Lei nº 7.210/1984 (BRASIL, 1984), dispendo sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho, esclarece que a cada doze horas de estudo, o privado tem um dia remido de sua pena; com relação ao trabalho, a cada três dias de

serviços prestados, o privado de liberdade terá um dia remido. A participação no processo educacional e o desenvolvimento de atividades laborais prestadas pelo apenado podem ser concomitantes, desde que se compatibilizem em horários diferentes.

A oferta e o índice de participantes na educação em prisão mostra que parte dos alunos privados de liberdade participa do processo de ensino e aprendizagem devido ao direito à remissão de pena, porém o nível de escolaridade apresentado pelos mesmos é muito crítico, pois a maioria não sabe ler e escrever, estando no nível de alfabetização, sendo matriculados na EJA - 1º segmento, o que equivale aos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), possibilitando a efetivação da Educação de Jovens e por meio do saber crítico e sistematizado historicamente, visto que a maioria nunca frequentou ou logo deixou de ir à escola no decorrer de sua vida, sendo detectado índice de baixa escolaridade nos cárceres, como podemos ver no gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Escolaridade das pessoas privadas de liberdade



Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

De acordo com o Gráfico 1, numa análise dos dados explorados, percebe-se a disparidade do quantitativo de matrículas no nível de alfabetização no Maciço de Baturité, que supera o percentual nacional em 33% e o estadual em 31%. O mesmo não ocorre quanto ao número de privados matriculados no ensino fundamental, apresentando menor percentual em relação ao estado e ao Brasil.

Nesse contexto, vale ressaltar que os educandos participantes compreendem que voltar a estudar dentro um espaço prisional se configura como um incentivo de superar a vergonha e a baixa autoestima por não dominarem plenamente a leitura e a escrita, tornando-se um fato importante para o crescimento pessoal e para preencher o ócio cotidiano como privado de liberdade.

Na busca de compreender sobre a vivência educacional nos cárceres, quando indagados sobre os motivos que os despertaram a querer participar da educação em prisão, em uma escala gradativa em grau de importância sobre a função da escola na vida das pessoas privadas de liberdade, os relatos retratam a pretensão de abreviar o tempo da pena.

Assim, dentre as diversas possibilidades que levam os privados a estudar, representadas pelo desejo de aprender a ler e a escrever, dar continuidade aos estudos, ou abreviar o tempo de pena a ser cumprida, é esta última que ganha destaque. Tal realidade se dá por meio da Lei 12.433/2011 (BRASIL, 2011), que oferece como medida mais recente nos termos de remissão da pena, através da frequência escolar, um dia remido da pena a cada 12 horas de estudo, em atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional, divididas, no mínimo, em três dias.

Quando questionado sobre o motivo de voltar a estudar depois de 14 anos e por meio da educação prisional, um dos participantes esclareceu que

“Primeiramente o que me levou a voltar a estudar foi para eu ver se concluía o ensino médio e o outro dos motivos era porque não tinha nada para fazer, aí eu achei bom estudar, a professora incentiva bastante e porque eu já ficava um pouco livre da cela, e o outro foi pela remissão” (PPL1).

Outro participante expressou alguns avanços a partir do dia que começou a estudar na prisão, como revela o excerto abaixo:

“Eu aprendi mais a ler, a escrever, participei no ENEM, fiz uma pontuação boa” (PPL2).

O terceiro educando participante da pesquisa revelou que estudar é uma possibilidade para ocupar o tempo e traz novas possibilidades.

“Porque isso aí é um incentivo pra gente que tá aqui dentro, o estudo é muito importante, porque ao invés da gente tá ocupada com outras coisas, a gente vai desenvolver no estudo. Se torna bem melhor pra gente que está detido aqui, bem melhor mesmo” (PPL3).

Desse modo, as atividades educacionais levam mais esperança e dinâmica para o cotidiano carcerário, oportunizando a abordagem de algumas temáticas para desenvolver as habilidades e a criatividade dos educandos através das práticas pedagógicas, sendo também uma ação desenvolvida nos cárceres como práxis própria dos privados, tendo sua tradição conduzida por eles mesmos como uma necessidade de superar o ócio. Desta feita, “Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipótese sobre os desafios dessa realidade e procurar soluções. Assim pode transformá-la, e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias” (FREIRE, 2011, p. 15).

O governo federal implantou no ano de 2010 o Exame Nacional do Ensino Médio PPL destinado a menores infratores internados em instituições socioeducativas e a adultos encarcerados em unidades prisionais. É importante ressaltar que desde sua criação, o referido exame vem apresentando evolução nos aspectos quantitativos e qualitativos na participação de pessoas privadas de liberdade, resultado da parceria entre o Ministério da Educação e as Secretarias de Segurança Pública, de administração penitenciária, de direitos humanos e de educação, tendo como maior objetivo proporcionar o acesso às políticas educacionais e aos programas sociais do governo federal.

As pessoas privadas de liberdade do Maciço de Baturité, incluindo principalmente os educandos acompanhados pelo CEJA, iniciaram sua participação nas avaliações externas a partir do ano de 2012, no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) e no ENEM-PPL, ocorrendo em períodos diferentes dos exames convencionais.

Assim, a trajetória em relação aos inscritos no ENEM-PPL retrata que houve um total de 10 PPL inscritos em 2012; 18 em 2013; 32 em 2014; 52 em 2015; 43 em 2016 e 23 inscritos no ano de 2017. Portanto, entre o ano de início de oferta do ENEM PPL e o ano de 2016 houve uma ampliação expressiva no quantitativo de inscrições. Até então, a participação com êxito nessa avaliação externa dava o direito à certificação e também havia a possibilidade de inserção no nível superior, situação também vivenciada pelos jovens e adultos maiores de 18 anos que não tivessem concluído o ensino médio através do ENEM convencional. Porém, a partir do ano de 2017, o ENEM PPL apresentou a vertente de ser exclusivamente para acesso à universidade. O novo direcionamento restringe a possibilidade de a pessoa privada de liberdade continuar participando desta avaliação externa, visto que os educandos classificados como PPL do Maciço de Baturité não possuem o ensino fundamental completo e são poucos os privados que concluíram o ensino médio. O quadro abaixo sintetiza o quantitativo de inscrições ENEM PPL (2012 a 2017).

Quadro 2 – Quantitativo de inscrições ENEM PPL (2012 a 2017)

Dados Comparativos	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Inscrição no ENEM	10	18	32	53	43	23
Certificação	0	0	2	2	1	1
Inscrição no SISU	0	0	0	24	10	-
Aprovação no SISU	0	0	0	0	0	0
Ingresso na universidade	0	0	0	0	0	1

Fonte: CEJA Donaninha Arruda - CREDE 08/Baturité-CE (2017)

O processo de mobilização e incentivo aos privados e familiares para obtenção de documentação obrigatória para a realização de inscrição nas avaliações externas torna-se uma atividade incansável de todos que acompanham a vivência educacional em prisão na região, principalmente pelas professoras lotadas no ensino prisional.

De acordo com os dados percebe-se um menor quantitativo de inscrições no ENEM PPL de 2017, pois a partir desse ano o exame passou a ter como único objetivo possibilitar o acesso ao nível superior, apresentando uma nova realidade para os privados que ainda buscam a certificação do médio.

Atualmente, o ENCCEJA é a avaliação externa de caráter certificatório para o público da EJA, inclusive para os privados de liberdade através do ENCCEJA PPL. O mesmo constitui-se como uma aferição de competências, habilidades e conhecimentos obtidos no decorrer da vida escolar ou nos processos formativos no convívio familiar, ocorrendo também no ambiente de trabalho, como no envolvimento nas ações e movimentos sociais como cidadãos ativos na sociedade de que fazem parte.

A realização do ENCCEJA PPL ocorreu para os privados nos anos de 2013, com 14 inscrições e em 2014, com 36 inscritos, objetivando a certificação do ensino fundamental e médio. Com a instituição do novo ENEM, que passou a ter como objetivo somente a inserção no ensino superior, a partir do ano de 2017 o ENCCEJA Nacional passou a ser realizado destinando-se à certificação do Ensino fundamental e médio nacional, exterior, e ENCCEJA PPL. Nesse mesmo ano houve inscrições para o Fundamental e o Médio, com 25 e 16 inscritos, respectivamente, totalizando 41 inscrições realizadas.

A participação nas avaliações externas oferece aos privados a possibilidade de sonhar com um futuro diferente da realidade em que vivem. Na realidade do Maciço de Baturité, entre os educandos privados destaca-se o êxito do aluno Pássaro Livre¹ no ENEM PPL/2015, que além da certificação, pleiteou uma vaga no curso de Letras na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, tendo iniciado sua experiência no mundo acadêmico em março de 2017.

A UNILAB foi instituída pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, através de parcerias entre o Brasil e países africanos e o Timor Leste, com sede em Redenção, mas também com *campus* em Acarape e em São Francisco do Conde (Bahia), propiciando o acesso ao ensino superior de qualidade aos jovens de outros países, mas também favorecendo a inserção regional, possibilitando aos estudantes a continuidade aos estudos na região do Maciço de Baturité (Ceará) e na região do Recôncavo Baiano (Bahia), além de acolher estudantes das capitais cearense e baiana e de outros municípios. Em sua diversidade, tal instituição representa prosperidade e oportunidade de desenvolvimento, de crescimento econômico, político e social entre os estudantes, tornando-se fundamental para a formação de cidadãos críticos, ativos e multiplicadores do aprendizado adquirido.

Especificamente, na região do Maciço de Baturité, no intuito de contemplar e promover ações para o público da EJA, destaca-se o Circuito Intercultural de Vivências em Educação de Jovens e Adultos (CIVEJA)², que surge como uma iniciativa de extensão da UNILAB, vinculada ao Centro de Referência em Educação de Jovens e Adultos e Cooperação Sul-Sul (ECOSS), possibilitando a participação e integração de pesquisadores, instituições escolares, professores, educandos, gestores e representantes da sociedade que atuam diretamente com a modalidade da EJA no Maciço de Baturité, promovendo mensalmente diálogos entre as esferas de ensino federal, estadual e municipais, em especial os que compõem a região, assim como participantes e representantes internacionais dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Numa abordagem articulada e construída com base na valorização e compartilhamento de experiências sobre as práticas educacionais e culturais de todos envolvidos, torna-se, portanto, relevante a participação do CEJA/Baturité, através de perspectivas de socialização de suas múltiplas vivências no ensino da EJA, por meio da vivacidade dos saberes.

A educação, além de um direito, apresenta-se para muitos como o caminho de transformação de vida, ou de esperança de novas possibilidades. Na realidade das prisões não é diferente, assim a educação ofertada nos cárceres brasileiros não deve ser vista como um favor ou até mesmo regalia concedida pelo sistema prisional. Para Mendes (2015, p. 6), "A educação e o trabalho digno são os pilares de uma reeducação e ressocialização eficazes", capazes de proporcionar novas possibilidades e melhorias no viver em comunidade.

Acerca da educação prisional, a visão dos diretores revela uma perspectiva de inclusão e mobilidade social decorrente dos processos formativos. De acordo com suas falas:

"A educação prisional mostra caminhos, abre porta ao sucesso e ascensão social" (D1).

¹Nome fictício para preservar a identidade do participante.

²O referido projeto foi coordenado pela professora Elisangela André da Silva Costa, de agosto de 2016 a dezembro de 2017.

“A educação prisional não apenas na prisão, mas de modo geral, é extremamente necessária para o desenvolvimento do ser humano, então ela é cabível em toda a gama da sociedade. E não poderia ser diferente no lado prisional” (D2).

“Eu vejo que é um benefício em função de ter ciência dos seus direitos e deveres, aprendizagem de modo geral e também se tornando importante como forma de sair da ociosidade dentro da unidade prisional” (D3).

O processo educacional constitui-se como uma das ferramentas que podem ser empregadas como estratégia de mobilização de parte da população carcerária na tentativa de reinserção social. Assim, tal processo vem contribuir na formação enquanto cidadão, possibilitando o desenvolvimento de suas habilidades (ANDRIOLA, 2013). Logo, “A prática educativa, enquanto prática social situada historicamente e politicamente, deve constituir-se como possibilidade de desvelamento da realidade e de superação das contradições nela existentes” (COSTA, 2014, p.147).

É preciso salientar que há uma hierarquia de decisões para permissão e definição das PPL que irão participar das atividades educacionais e laborais. Tais procedimentos são comuns a todas as unidades, obedecendo às peculiaridades individuais, orientações essas que existem para assegurar o bem-estar dos educandos, professoras e demais profissionais da unidade prisional, assim como a garantia equilibrada e harmoniosa da rotina carcerária.

Nesse sentido “Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipótese sobre os desafios dessa realidade e procurar soluções. Assim pode transformá-la, e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias” (FREIRE, 2011, p.15). Com efeito, as atividades educacionais levam mais esperança e dinâmica para o cotidiano carcerário, oportunizando a abordagem de algumas temáticas para desenvolver as habilidades e a criatividade dos educandos, por uma necessidade de superar o ócio.

Buscando uma melhor compreensão acerca dos desafios vividos no contexto prisional para o desenvolvimento das atividades formativas em sala de aula, solicitou-se aos diretores que apontassem as dificuldades encontradas. Em suas falas, os diretores deram destaques a elementos relacionados à infraestrutura:

“Estrutura precária. Na Unidade Prisional, além da estrutura física, o que pode inviabilizar a ocorrência das aulas são os sinistros (atos que incitam a obstrução da ordem) que sem precedentes podem acontecer a qualquer momento, mas nesta U.P. não temos registros de tais atos” (D1).

“Na realidade, internamente no quesito segurança, em situações em que eles apresentam uma condição de comportamento desfavorável, impossibilita para que haja aula. Outros quesitos são ligados à vontade, pode ocorrer de haver situações por eles mesmos, situações pessoais em que os mesmos expressam sua falta de vontade de assistir as aulas naquele período” (D2).

“O que dificulta nas aulas é a questão de infraestrutura. Às vezes vê-se nas reportagens problemas de infraestrutura da própria escola convencional, imaginem no ambiente prisional, muitos deles não foram criados nem para sequer obedecer ao que a Lei de Execução determina, ou seja, suprir o preso, o custodiado quanto mais ainda ter aula, isso é um grande prejuízo que tem, pois muitos não têm um local adequado. É uma questão improvisada. Muitas vezes o desestímulo dele [privado] com relação a ele não ter sido acostumado a ser educado lá fora. Então ele não tem como prioridade a educação, porque muitas vezes ele não tem a educação antes de entrar aqui” (D3).

Os diretores expressam em uma só voz a falta de infraestrutura para acolher os educandos em uma sala de aula considerada como um ambiente adequado para acontecerem às aulas.

Das unidades pesquisadas, tem-se as seguintes situações: na unidade Prisional (UP) 1, a sala de aula fica em um *hall* que dá acesso ao pavilhão das celas. Já na UP 2, construída para tal fim, tem-se uma com 24m², localizada próximo à vivência dos privados. E, por último, na UP 3, as aulas ocorrem em uma área coberta no pátio da Unidade. Essa realidade não condiz muito com o direito que já havia sido adquirido através do Plano Estratégico de Educação no Sistema Prisional, definido no Decreto Nº 7626/2011, Art. 4º Parágrafo único. Ele diz que “Para o alcance dos objetivos previstos neste artigo serão adotadas as providências necessárias para

assegurar os espaços físicos adequados às atividades educacionais, culturais e de formação profissional, e sua integração às demais atividades dos estabelecimentos penais” (BRASIL, 2011b).

Tal direito, que em muitos casos já não era concebível nos ambientes prisionais de forma adequada, passou a ser legislativamente não obrigatório, visto que de acordo com o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP) do Ministério da Justiça, designaram-se mudanças na aplicação da Resolução nº 9, de 2011, que por sua vez estabelece as normas e diretrizes para a elaboração de projetos, construção, reforma e ampliação de unidades penais no Brasil. Tais alterações firmam a não obrigatoriedade da construção das salas de aula nos espaços prisionais, restringindo-se apenas à construção de celas e áreas de saúde. Tal medida significa um retrocesso tanto na garantia do direito educacional, como na busca de ressocialização dos privados e também na própria dinâmica da gestão prisional, tornando-se mais um desafio no cenário educacional dos cárceres brasileiros (BRASIL, 2011c).

O desenvolvimento das práticas socioeducativas torna-se fundamental para a compreensão do processo de ensino e aprendizagem e sua contribuição nos ambientes de privações. Assim dialogamos com três docentes responsáveis pela educação nos cárceres. São três mulheres da própria região do Maciço de Baturité, que se mostram desbravadoras no campo educacional, pois cursaram nível superior e/ou pós-graduação, superando os baixos níveis de escolaridade dos pais e os desafios pessoais no campo educacional, principalmente ao assumirem a função de educadoras do sistema prisional. São pertencentes a uma geração que vivenciou mudanças em suas trajetórias de vida, desde a escassez das vagas e difícil acesso ao ensino médio nas escolas públicas, a competitividade nos vestibulares, assim como as mudanças no sistema educacional, desde a implementação da Lei de Diretrizes e Bases Nacional 9394/1996 (BRASIL, 1996), como também o avanço e o emprego das tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem.

As professoras participantes da pesquisa vislumbraram novas perspectivas de vida através dos estudos, destacando-se e propiciando um avanço socioeconômico para o contexto familiar. Porém, em tal profissão, ainda buscam superar alguns desafios para exercerem sua função, assim como preconceitos vivenciados no âmbito social, sobretudo por serem professoras nas cadeias públicas, estigmatizadas socialmente. As três são professoras temporárias, sendo que duas possuem 5 (cinco) anos de experiência na EJA PPL e uma apenas 7 (sete) meses (à época da entrevista). Tais professoras relatam ainda que precisam se deslocar da zona rural do município em que residem para a zona urbana do município vizinho, onde fica localizada a cadeia em que lecionam, sem nenhuma ajuda de custo. Uma delas faz o deslocamento intermunicipal.

Quando indagadas sobre serem professoras no sistema prisional, as palavras afloram espontaneamente.

“Ensinar é uma das atividades mais nobres a ser desempenhada pelo ser humano e não seria diferente na Unidade Prisional. Ser professora para PPL é gratificante. Temos a oportunidade de levar até os detentos o prazer de vivenciar novamente a educação, resgatando o prazer de se desenvolver para atuar novamente em sociedade” (P1).

“É um desafio, um aprendizado porque a gente vê as coisas de outro modo, é como se a gente melhorasse como ser humano. A gente vê as coisas (de um jeito) diferente, representa um crescimento pessoal” (P2).

“É um grande desafio, porque todos os dias você precisa resgatar pessoas que perderam a esperança e deixaram de acreditar que a vida pode ser melhor” (P3).

Pode-se constatar que a atividade educacional no ambiente carcerário proporciona uma aprendizagem mútua, na qual as docentes buscam nessa experiência superar os desafios profissionais, desde o estudo dos conteúdos curriculares e, conseqüentemente, a aprendizagem, como também articular ações que venham contribuir para melhorar a vida dos educandos e a de si próprias como seres humanos. Assim, a educação surge como possibilidade de superar os pormenores do presente e oferece condições para o privado discernir o que realmente é melhor para si (ONOFRE; JULIÃO, 2013).

O cotidiano vivenciado nas unidades prisionais define as bases viáveis, entre as memórias imbuídas dos conhecimentos dos privados, o contexto vivido, e suas expectativas futuras. A educação prisional possui laços atuantes nas ações laborais, contribuindo socialmente em um contexto reflexivo sobre as ações desenvolvidas. O ato de educar baseia-se em reflexões no sentido de compreender os caminhos e de obter respostas sobre os motivos e as justificativas de educar nos espaços prisionais, tendo como suporte a

elaboração e a possibilidade de reconstruir e desconstruir continuamente as propostas pedagógicas, em função de uma educação expressiva e através da perspectiva de uma política pública eficaz (ONOFRE; JULIÃO, 2013).

De acordo com Costa (2014, p. 153), "A construção de referenciais pedagógicos pelos professores da EJA é um elemento que fortalece o direito à qualidade na educação", assim como a preparação desses profissionais por meio de formações com intuito de aprimorar e obter novos saberes e norteá-los em suas condutas comportamentais e educativas.

Quanto a formações para ensinar nas prisões, as professoras expressaram sua vida formativa de acordo com a realidade pedagógica vivenciada.

"Participo semanalmente de planejamento na escola na qual sou lotada, o CEJA. E já participei apenas de uma formação ofertada pela SEDUC com foco nos professores da PPL, no ano de 2017, com objetivo de dar as orientações para tratar a realidade e pensar em novas ações" (P1).

"Particpei de uma formação na UNILAB sobre a EJA, (CIVEJA), nessa capacitação teve um encontro falando sobre a EJA PPL. E participo dos encontros pedagógicos direcionados para a educação em prisão no CEJA, todas as quartas-feiras, que são muito importantes, é onde a gente tem o embasamento, troca de experiência e fortalece nossa rotina diária. E assim nos orientamos para o exercício do nosso trabalho" (P2).

"No início de 2012, quando a gente iniciou, teve uma formação pela SEDUC, no início do mês de setembro. Foi uma coisa mais teórica, como preencher os diários, a forma de se vestir, uma coisa bem básica. E só em 2017 ocorreu para conhecer o processo de ensino aprendizagem nas unidades prisionais" (P3).

Os relatos esclarecem o quanto os encontros de formação são essenciais para compreender o contexto educacional, desde o diagnóstico dos educandos, o compartilhamento dos saberes através da troca de experiências, até a busca de métodos que possam contribuir para o avanço da aprendizagem dos educandos, fortalecendo a prática docente. Martins (2014, p. 73) explica que

Esse trabalho coletivo evidencia a importância de se perceber a experiência dos professores como uma possibilidade de renovação das práticas pedagógicas, a partir da aceitação dos posicionamentos dos demais sujeitos participantes, gerando um conhecimento colaborativo, que possibilite criação, formação, transformação e novos conhecimentos.

Percebe-se, portanto, a importância de momentos de formação coletiva, pois se apresentam como um contínuo caminho formativo para os docentes. Por outro lado, é preciso registrar que a escassez de formações para os professores da EJA de modo geral, assim como a EJA prisional, remete à realidade de que, embora exista uma necessidade cada vez maior de profissionais preparados, a modalidade da EJA no Brasil não tem obtido a atenção devida das esferas Federal e Estadual.

A LDBEN 9394/1996 (BRASIL, 1996), em seu artigo 63, no inciso III, garante formação docente, de modo continuado, por meio de programas educacionais direcionados para os profissionais de educação dos diversos níveis de ensino. O Plano Estratégico de Educação no Sistema Prisional, definido no Decreto Nº 7626/2011, apresenta como meta em seu Art. 4º, V - promover a formação e capacitação dos profissionais envolvidos na implementação do ensino nos estabelecimentos penais de suas ações. Porém, como pode-se perceber, não há um planejamento bem definido para a realização dessas formações, visto o intervalo de tempo de cinco anos entre as formações promovidas pela SEDUC, tendo a primeira ocorrido em 2012 e a última no ano de 2017, configurando-se um verdadeiro descaso com a EJA prisional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação prisional para além do seu intrínseco papel de desenvolver os processos de ensino e aprendizagem, por meio da docência, traz o incentivo e amplia as possibilidades de ocupação dos educandos, instigando-os à participação nas avaliações externas como uma possibilidade de trilhar novos caminhos, mostrando a importância do professor nesse processo de transformação.

O estudo revela ainda como limites para o desenvolvimento da educação nas prisões a precariedade dos espaços pedagógicos em que as aulas acontecem bem como a falta de formação para as docentes que atuam na EJA prisional, que já carregam o estigma de lecionar em um ambiente malvisto socialmente.

Esta pesquisa na sua essência possibilita uma maior visibilidade para a realidade dos cárceres brasileiros, especificamente as cadeias públicas do Maciço de Baturité/CE, através da trajetória realizada e dos processos de reflexão sobre os dados apresentados, tornando-se um meio de agregar conhecimentos, divulgar experiências e constituindo-se como uma referência importante para a discussão sobre a garantia do direito à educação assim como para novas e futuras investigações sobre as possíveis práticas educativas da EJA.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLA, W. B. Ações de formação em EJA nas prisões: o que pensam os professores do sistema prisional do Ceará? **Educação & Realidade**, Fortaleza, v. 38, n. 1, p. 179-204, 2013.

BRASIL. **Lei 11.494/2006**. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação de Valorização dos profissionais da Educação Básica. Fundeb. Brasília: SEB/MEC, 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 9394/96**. Brasília, 1996.

BRASIL. Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011, altera a Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. **Diário Oficial da União**, Brasília DF, 30 jun. 2011a.

BRASIL. Lei Nº 7.626, de 24 de novembro de 2011. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 nov. 2011b.

BRASIL **Resolução nº 9, de 2011**. Aquisição de materiais e bens e contratação de serviços com os repasses efetuados pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Brasília: FNDE, 2011c.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 13 jul. 1984.

BRASIL. **Lei nº 12.289**, de 20 de julho de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2010.

BRITTO JÚNIOR, Á. F.; FERES JÚNIOR, N. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. **Revista Evidência**, v. 7, n. 7, 2012.

CEJA. **Projeto Político Pedagógico do Centro de Educação de Jovens e Adultos Donaninha Arruda**. Baturité/CE, 2017.

COSTA, E. A. da S. **A educação de jovens e adultos e o direito à educação**: concepções e olhares de educadores e gestores escolares a partir das políticas educacionais do município de Horizonte /Ceará. 2014. Tese (Doutorado em educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 34. ed rev. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, E. S. **Formação contínua e práticas de leitura**: o olhar do professor dos anos finais do ensino fundamental. 2014. 192 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2014.

MENDES, T. R. Ociosidade no cárcere com vistas a não ressocialização e a não reinserção do preso na sociedade. **Revista Toledo Prudente**, São Paulo/SP, v. 30, n. 30, 2015.

ONOFRE, E. M. C.; JULIÃO, E. F. A Educação na Prisão como Política Pública: entre desafios e tarefas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p.51-69, 2013.

SILVEIRA, A. L. N.; MARTINS, E. S.; MACHADO, C. J. S. Educação e sustentabilidade nos cárceres: reflexão com privados de liberdade no Maciço de Baturité-CE. In: XAVIER, A. R.; ALCÓCER, J. C. A.; OLIVEIRA, J. de (Org.). **Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação: estratégias sustentáveis**. 1. ed. Fortaleza: Imprece, 2016. p. 45-61.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

SOBRE OS AUTORES

Elcimar Simão Martins

Graduado em Letras. Pedagogo. Especialista em: Ensino de Literatura Brasileira (UECE); Gestão Escolar (UFC). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará, UFC, Brasil. Doutor em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará, UFC, Brasil.

Contato: elcimar@unilab.edu.br

Ana Lúcia Nobre da Silveira

Licenciada em Ciências Biologia e Química. Especialista em: Biologia e Química (URCA); Gestão e Avaliação da Educação Pública (UFJF); Gestão de Recursos Hídrico, Ambientais e Energéticos (UNILAB). Mestre em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB, Brasil.

Contato: alns_prof@yahoo.com.br

Elisangela André da Silva Costa

Graduada em Letras. Pedagoga. Especialista em Educação Biocêntrica (UECE). Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Ceará, UECE, Brasil. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará, UFC, Brasil.

Contato: elisangelaandre@unilab.edu.br